

Quadro 03 – Cumprimento de recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa: CCO/SGA	
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	
Deliberações expedidas pela Presidência:	
4. à Secretaria de Gestão Administrativa para que: 4.1. solicite orientações, junto à Secretaria de Patrimônio da União – SPU, visando agilizar o andamento do processo de regularização do imóvel em comento a fim de permitir a sua integração ao SPIUnet (A-08);	
Relatório de Auditoria	SEI
Auditoria Financeira Integrada com conformidade nas contas relativas ao período de 1º/1/2021 a 31/12/2021.	0006173- 95.2021.6.13.8000
Síntese de Providências Adotadas e Resultados Obtidos:	
A CCO contatou a Superintendência de Patrimônio da União - SPU (Servidora Júlia - (31) 3218-6056), solicitando orientações sobre como agilizar o andamento do processo de regularização do imóvel da Rua Josafá Belo, nº 36, nesta Capital, a fim de permitir a sua integração ao SPIUnet e foi informada que a regularização e registro do imóvel dependem da conclusão do processo de desapropriação e emissão da Carta de Sentença. A SPU Informou, ainda, que a Advocacia Geral da União está acompanhando o processo de desapropriação e noticiará à SPU tão logo emitida a carta de sentença, para fins de integração do imóvel no SPIUnet.	
Setor Responsável pela Implementação: Coordenadoria de Contratos - CCO	

Quadro 03 – Cumprimento de recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada
Denominação Completa: SETER/CCO/SGA
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
<p>Deliberações expedidas pela Presidência:</p> <p>3. à Secretaria de Gestão Administrativa para que:</p> <p>[...]</p> <p>4.2.1. proceda à retenção nos percentuais correspondentes à classificação do RAT indicado na guia GFIP e/ou enquadramento no SIMPLES, atentando-se para eventuais alterações desse percentual ao longo da contratação (A-09);</p> <p>4.2.2. efetue os ajustes, quando cabível e/ou altere os percentuais de retenção a partir da constatação de equívoco na adoção dos percentuais utilizados, informando a memória de cálculo utilizada para os ajustes, quando for o caso (A-09);</p> <p>4.2.3. mantenha os registros anteriores da planilha de retenção para fins de rastreabilidade do histórico desse procedimento e valores retidos ao longo da contratação (A-09);</p> <p>4.2.4. revise os valores dos salários utilizados para fins de retenção de verbas trabalhistas, previdenciárias e multa de FGTS, evitando-se eventuais equívocos nos valores retidos (A-10);</p> <p>4.2.5. efetue os ajustes, a partir da constatação de equívoco, quando cabível, informando a memória de cálculo utilizada para os ajustes, quando for o caso (A-10);</p> <p>4.2.6. mantenha os registros anteriores da planilha de retenção para fins de rastreabilidade do histórico desse procedimento e valores retidos ao longo da contratação (A-10);</p> <p>4.2.7. proceda à retenção da alíquota referente ao FGTS no percentual correspondente a 3,44% (A-11);</p>

4.2.8. efetue os ajustes, a partir da alteração da alíquota (observando a vigência contratual), apresentando memória de cálculo (A-11);

4.2.9. mantenha os registros anteriores da planilha de retenção para fins de rastreabilidade do histórico desse procedimento e valores retidos ao longo da contratação (A-11);

4.2.10. estabeleça/revise a rotina das retenções na conta vinculada de forma a permitir a identificação de eventuais inconsistências de forma tempestiva (A-11);

4.2.11. insira, doravante, memória de cálculo e/ou apresente esclarecimentos acerca das razões que ensejaram a alteração do salário dos empregados (base para retenção das verbas trabalhistas em conta vinculada) em valores diversos dos constantes nas convenções coletivas correspondentes a cada contrato, possibilitando a verificação dos valores retidos (A-12);

4.2.12. oriente a Coordenadoria de Comunicação Social – CCS, a Coordenadoria Executiva da Ouvidoria – CEO, a Coordenadoria de Seções – COS, a Escola Judiciária Eleitoral – EJE e a Comissão de Acessibilidade e Inclusão, e o atual Núcleo de Acessibilidade e Apoio aos Cartórios Eleitorais, para que solicitem aos fiscais que procedam à juntada aos autos da ordem de serviço emitida para solicitação dos serviços objeto do contrato nº 130/2020, visto que a prestação de serviços só poderá ocorrer a partir do envio desse documento à contratada (A-14);

4.2.13. oriente o Núcleo de Segurança Institucional – NSEIS para que os fiscais/gestores procedam à juntada de toda a documentação exigida contratualmente para a liquidação e realização do pagamento da prestação de serviços (A-14);

4.2.14. revise os critérios que definem a periodicidade para o envio dos processos para análise por amostragem, considerando a especificidade de cada contratação, possibilitando o exame de todos os contratos em cada exercício (A-15);

4.2.15. adeque a rotina de análise, visando o alcance da verificação da documentação apresentada em cada ano da execução contratual, evitando-se períodos descobertos, possibilitando mitigar o risco de responsabilidade subsidiária da Administração (A-15);

4.2.16. avalie a inclusão de novos servidores para realização da análise da documentação trabalhista/previdenciária, visto o volume de contratos e a abrangência da análise efetuada (A-15);

Relatório de Auditoria	SEI
Auditoria Financeira Integrada com conformidade nas contas relativas ao período de 1º/1/2021 a 31/12/2021.	0006173-95.2021.6.13.8000

Síntese de Providências Adotadas e Resultados Obtidos:

- Incluímos no documento "Procedimentos/Rotinas – Conta /Vinculada" constante do SEI nº [0006209-11.2019.6.13.8000](#), doc. [3228577](#), item 2.12, a rotina de verificação dos percentuais correspondentes à classificação do RAT indicado na guia GFIP e/ou enquadramento no SIMPLES, atentando-se para eventuais alterações desse percentual ao longo da contratação;
- Realizamos nos contratos ativos as devidas correções dos percentuais, conforme RAT indicado na GFIP, a partir da competência agosto 2022;
- Incluímos no documento "Procedimentos/Rotinas – Conta /Vinculada" constante do SEI nº [0006209-11.2019.6.13.8000](#), doc. [3228577](#), item 2.11, a rotina de manter os registros anteriores da planilha de retenção para fins de rastreabilidade do histórico desse procedimento e valores retidos ao longo da contratação.
- Revisamos os valores dos salários utilizados para fins de retenção de verbas trabalhistas, previdenciárias e multa de FGTS, e incluímos a memória de cálculo utilizada para os ajustes;
- Os valores retidos a maior já foram compensados nas retenções posteriores à regularização.
- Todos os contratos que haviam incorreção na alíquota do FGTS foram encerrados e está em andamento o processo de resgate dos valores recolhidos a maior;
- Incluímos no documento "Procedimentos/Rotinas – Conta /Vinculada" constante do SEI nº [0006209-11.2019.6.13.8000](#), doc. [3228577](#), item 2.11, a rotina de

manter os registros anteriores da planilha de retenção para fins de rastreabilidade do histórico desse procedimento e valores retidos ao longo da contratação.

- Foram enviados e-mails para os setores relacionados no item 4.2.12 e 4.2.13 com as devidas orientações.

- Os fiscais administrativos foram orientados a conferir toda documentação trabalhista conforme IN 05/2017, inserindo no processo a planilha de conferência e repassando trimestralmente ao servidor responsável para uma segunda checagem.

- Informamos, em pesquisa realizada pelo GSGA sobre a necessidade de novos servidores, considerando a previsão do TSE de novo concurso unificado, sobre a demanda da SETER de nomear mais 1 (um) contador, para trabalhar com a análise da documentação trabalhista.

Setor Responsável pela Implementação: Seção de Contratos de Terceirização de Mão de Obra - SETER

Quadro 03 – Cumprimento de recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada
Denominação Completa: SCONT/CCO/SGA
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
Determinações expedidas pela Presidência
4. à Secretaria de Gestão Administrativa para que: [...]

4.2.12. oriente a Coordenadoria de Comunicação Social – CCS, a Coordenadoria Executiva da Ouvidoria – CEO, a Coordenadoria de Seções – COS, a Escola Judiciária Eleitoral – EJE e a Comissão de Acessibilidade e Inclusão, e o atual Núcleo de Acessibilidade e Apoio aos Cartórios Eleitorais, para que solicitem aos fiscais que procedam à juntada aos autos da ordem de serviço emitida para solicitação dos serviços objeto do contrato nº 130/2020, visto que a prestação de serviços só poderá ocorrer a partir do envio desse documento à contratada (A-14);

4.2.13. oriente o Núcleo de Segurança Institucional – NSEIS para que os fiscais/gestores procedam à juntada de toda a documentação exigida contratualmente para a liquidação e realização do pagamento da prestação de serviços (A-14);

(...)

Relatório de Auditoria	SEI
Auditoria Financeira Integrada com conformidade nas contas relativas ao período de 1º/1/2021 a 31/12/2021.	0006173-95.2021.6.13.8000

Síntese de Providências Adotadas e Resultados Obtidos:

Foram encaminhados e-mails para os setores indicados no relatório com as orientações acerca da necessidade de juntada de toda a documentação exigida contratualmente para a liquidação e realização do pagamento da prestação de serviços

Setor Responsável pela Implementação: Seção de Contratos - SCONT



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIO RIBEIRO NOTINI DE FREITAS**, Coordenador(a) em substituição, em 09/03/2023, às 18:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.tre-mg.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3928463** e o código CRC **92A768FA**.

0001368-31.2023.6.13.8000

3928463v5

Criado por 083337470248, versão 5 por 083337470248 em 09/03/2023 18:41:03.